

**CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ****Despacho n.º 20 822/2007****Nomeação de chefe de divisão de Sistemas de Saneamento Básico**

Nos termos do n.º 5 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, aplicado à administração local por força do disposto no n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, republicado pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, foi publicado na bolsa de emprego público em 29 de Janeiro de 2007, no jornal *Diário de Notícias*, de 5 de Fevereiro de 2007, e no *Diário da República*, 2.ª série, de 26 de Janeiro de 2007, o aviso com vista ao provimento do lugar de chefe de divisão de Sistemas de Saneamento Básico.

Compareceram à entrevista pública de selecção os seis candidatos admitidos.

Após a aplicação dos métodos de selecção, entendeu o júri do concurso ser a candidata Teresa Isabel Oliveira Delfino detentora, na íntegra, do perfil pretendido, ou seja, tem experiência em coordenação de equipas de trabalho na área de actuação em causa, tem experiência em autarquias locais na mesma área e é possuidora de capacidade de planeamento, de coordenação, liderança, iniciativa e de gestão.

Considerando todo o exposto, determino, nos termos do disposto no n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, aplicada à administração local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, e no uso da competência que me é conferida pelo artigo 15.º do mesmo decreto-lei, a nomeação da licenciada Teresa Isabel Oliveira Delfino no lugar de chefe de divisão de Sistemas de Saneamento Básico da Câmara Municipal de Loulé, em regime de comissão de serviço por três anos, renovável por iguais períodos de tempo, com efeitos a partir da data do despacho, de acordo com o disposto no n.º 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

As razões supramencionadas são comprovadas através do seu currículo académico e profissional, cuja nota curricular infra se indica e que se considera para todos os efeitos como parte integrante das razões de facto que motivam a presente nomeação.

27 de Agosto de 2007. — O Presidente da Câmara, *Sebastião Francisco Seruca Emídio*.

**Nota curricular**

Nome — Teresa Isabel Oliveira Delfino.  
Habilitações académicas:

Licenciada em Engenharia Civil pela Universidade do Algarve;  
Bacharelato em Engenharia Civil pela Universidade do Algarve.

Experiência profissional:

De Janeiro de 2005 até a presente data, técnica superior principal, desempenhando funções na Divisão de Sistemas de Saneamento Básico, do Departamento de Obras e Gestão de Infra-Estruturas Municipais da Câmara Municipal de Loulé;

De Setembro de 2001 a Janeiro de 2005, técnica superior de 1.ª classe, a desempenhar funções na Divisão de Saneamento Básico, Departamento de Obras Municipais;

De Julho de 1999 a Setembro de 2001, técnica de 2.ª classe, a desempenhar funções na Divisão de Saneamento Básico, Departamento de Obras Municipais;

De Junho de 1996 a Novembro de 1997, contratada em trabalho a termo certo, pela Câmara Municipal de Loulé, com a categoria de técnico de 2.ª classe — engenheiro técnico civil, a desempenhar funções no Departamento de Obras na Divisão de Saneamento Básico;

De Agosto a Novembro de 1995, realizou na Câmara Municipal de Loulé, na Divisão de Saneamento Básico, estágio disciplinar no âmbito do bacharelato em Engenharia Civil, com a duração de quatro meses.

Formação profissional:

2007 — Novo RCCT — promovido pela Universidade do Algarve;  
2006 — V Congresso Ibérico sobre Gestão e Planeamento da Água — Bacias Partilhadas. Chave para Uma Gestão Sustentável da Água e do Território, promovido pela Universidade do Algarve e pela Fundação Nova Cultura da Água;

Curso de fiscalização de obras, em Faro, promovido pelo CENFIC;  
2005 — novo regime de revisão de preços, em Vilamoura, promovido pelo ITIC — Instituto Técnico para a Indústria da Construção;

Empreitadas e fornecimentos de obras públicas: execução e fiscalização de obras, em Faro, promovido pela Grande Área Metropolitana do Algarve;

2004 — 11.º Encontro Nacional de Saneamento Básico, em Faro, promovido pela Associação Portuguesa para Estudos de Saneamento Básico;

Concepção e dimensionamento de redes públicas de distribuição de água e de drenagem, em Armação de Pêra, promovido pela SNET — Sindicato Nacional de Engenheiros Técnicos;

2003 — divulgação do novo referencial normativo para tubagens em PVC e PEAD, em Vilamoura, promovido pelo grupo TEPPFA Portuguesa;

Concepção e dimensionamento de redes de águas e drenagem em edifícios, em Faro, promovido pelo SNET — Sindicato Nacional dos Engenheiros Técnicos;

2000 — 9.º Encontro Nacional de Saneamento Básico, em Loures, promovido pela Associação Portuguesa para Estudos de Saneamento Básico;

5.º Congresso de Água, em Lisboa, promovido pela Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos;

Tecnologia de aproveitamento das águas subterrâneas e controlo de gestão de bombas *GRUNDFOS*, em Vilamoura.

2611044860

**CÂMARA MUNICIPAL DE MATOSINHOS****Aviso n.º 16 932/2007****Discussão pública**

Guilherme Manuel Lopes Pinto, presidente da Câmara Municipal de Matosinhos, torna público, no uso das competências que lhe são atribuídas pelo artigo 68.º, n.º 1, alínea v), do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conjugado com o artigo 131.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com a nova redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, que na execução do que dispõe o n.º 2 do artigo 33.º, conjugado o n.º 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, se procede à discussão pública da alteração da licença da operação de loteamento titulada pelo alvará n.º 816/02, passado em nome de Associação de Moradores, Cultural e Recreativa do Bairro das Flores, respeitante ao terreno localizado à Rua das Rosas com a Rua das Margaridas, freguesia de Perafita, descrito na Conservatória do Registo Predial de Matosinhos sob o n.º 02766/290703.

Mais se torna público que a referida alteração foi requerida por Manuel Ilídio Gomes Pereira para o lote 17 e consta do seguinte — previsão de cave com 95 m<sup>2</sup>.

Os interessados devem dirigir por escrito as suas sugestões ao presidente da Câmara Municipal de Matosinhos, dentro do prazo de 15 dias após a publicação do presente aviso no *Diário da República*, 2.ª série.

16 de Março 2007. — O Presidente da Câmara, *Guilherme Pinto*.  
2611045279

**Aviso n.º 16 933/2007****Discussão pública**

Guilherme Manuel Lopes Pinto, presidente da Câmara Municipal de Matosinhos, torna público, no uso das competências que lhe são atribuídas pelo artigo 68.º, n.º 1, alínea v), do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conjugado com o artigo 131.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com a nova redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, que na execução do que dispõe o n.º 2 do artigo 33.º, conjugado o n.º 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, se procede à discussão pública da alteração da licença da operação de loteamento titulada pelo alvará n.º 644/96, passado em nome de Maria Fernanda das Neves Vieira, respeitante ao terreno localizado na Rua dos Almeceves, na freguesia de Lavra, descrito na Conservatória do Registo Predial de Matosinhos sob o n.º 01737/161096.

Mais torna público que a referida alteração foi requerida por Adriano Cândido Martins Pereira Salgado para o lote 9 e consta do seguinte:

Aumento da implantação dos anexos com 35 m<sup>2</sup> para 38,50 m<sup>2</sup> num total de 3,50 m<sup>2</sup>;

Redução da área do 1.º piso de 136,50 m<sup>2</sup> para 118 m<sup>2</sup>, num total de 18,50 m<sup>2</sup>;

Previsão de alpendre à edificação principal com aumento da implantação, de 136,50 m<sup>2</sup> para 169,10 m<sup>2</sup>, num total de 32,60 m<sup>2</sup>;

Aumento da área de construção da habitação principal de 273 m<sup>2</sup>, num total de 14,10 m<sup>2</sup>.